

A TRADUÇÃO ENTRE A CRUZ E A ESPADA: FIDELIDADE *VERSUS* TRAIÇÃO

TRANSLATION BETWEEN THE DEVIL AND THE DEEP BLUE SEA: FIDELITY *VERSUS* BETRAYAL

Johnwill Costa Faria¹

Resumo: Este artigo, dentro do escopo dos Estudos de Tradução, discute a antiga questão da fidelidade e traição a partir da exposição teórica e de exemplos advindos principalmente do pós-estruturalismo, contrapondo visões e ideias de vários críticos, de um lado, que apresentam concepções tradicionais, como Catford (1980) e Nida (1982), e de outro, Arrojo (1992) e Rodrigues (2000), entre outros, que relativizaram esses dois conceitos, colocados agora sob o prisma das diferentes concepções da realidade e das idiossincrasias dos tradutores e do público leitor. Com isso, busca-se desmitificar a tradução, tida por muitos como uma atividade menor e ancilar, refém e submissa ao texto de partida. Parte-se também da convicção de que todo e qualquer texto não possui significados estáveis e, portanto, várias traduções de uma mesma obra sempre serão diferentes entre si, mas cada qual com seu próprio valor, conforme as concepções de cada época.

Palavras-chave: Tradução. Fidelidade. Traição. Pós-estruturalismo.

Abstract: This article, concerned to Translation Studies, discusses the old question about fidelity and betrayal based on the theoretical exposition and examples mainly found in post-estruturalism. Some authors' points of view and ideas are contrasted: Catford (1980) and Nida (1982), for instance, who have traditional views, and, the other side is represented by theoreticians like Arrojo (1992) and Rodrigues (2000), who take these old conceptions of fidelity and betrayal in a relative way, under the prism of several different conceptions of reality and under the idiosyncrasies of translators and the reading public. In consequence, it is tried to make translation demystified, for this activity has been classified as minor and slavish, hostage and submissive to the source text. Other starting point is the premise that there's no fixed meaning in any text, and because of this, several translations of the same work will always be different. Nevertheless, every translation has its own value, according to conceptions of each time.

Keywords: Translation. Fidelity. Betrayal. Post-estruturalism.

¹ Mestre em Linguística Aplicada – Estudos de Tradução, pela Universidade de Brasília. Professor de Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa na Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas. E-mail: johnmagister@gmail.com.

Introdução

Quando se fala em tradução, pode-se dizer que quase sempre existe a preocupação, por parte do tradutor, em como realizar essa tarefa, na qual, dependendo do texto a ser traduzido, há várias implicações que representam dificuldades para a consecução desse trabalho. Um dos principais problemas, fruto de antigos debates, é expresso pelo também antigo adágio italiano *traduttore, traditore*, que, num trocadilho, quer dizer que todo tradutor é um traidor, partindo do pressuposto de que ninguém consegue reter ou transportar os significados de um texto de forma plena através da tradução. Essa crença sobre o tradutor e a tradução, bastante arraigada, é, para Pagano (2003: 14-15), “responsável pelo descrédito que a profissão recebe em alguns círculos e, infelizmente, continua sendo confirmada por exemplos de trabalhos improvisados ou realizados por pessoas não qualificadas.”

O reverso da medalha se revela por uma concepção oposta à da traição: a fidelidade, que, até pelo menos a primeira metade do século XX, persistia como um conceito tangível, pautado em equivalências entre os dois textos e as duas culturas em contato. Na tradição ocidental, por exemplo, desde a Antigüidade, passando pela Idade Média e Renascimento, a ideia central sobre o tradutor e a tradução escrita estava associada à imitação do texto de partida e ao respeito profundo ao seu autor. Isso proporcionou o surgimento de várias metáforas nos séculos subsequentes, colocando o tradutor e sua tradução numa posição inferior em relação ao autor traduzido e ao texto de partida. É, diria Paes (1990: 91-103), como se o tradutor sofresse uma espécie de “complexo de Judas”. Alguns exemplos dessas metáforas: a tradução como espelho ou como pintura, em que o resultado é apenas uma representação imperfeita da realidade (o texto de partida); ou também, no contexto da Europa imperialista do século XIX, uma concepção marcante, associada ao colonialismo:

um original era sempre visto como superior à sua “cópia”, precisamente do mesmo modo que o modelo do colonialismo se baseava na noção da apropriação de uma cultura inferior por uma cultura superior. Como tal, a tradução estava condenada a ocupar uma posição de inferioridade relativamente ao texto de partida do qual se considerava proveniente. (BASSNETT, 2003, p. 8)

Destarte, sobre essa dicotomia no traduzir – devoção e máximo respeito ao texto estrangeiro *versus* liberdade em nome da beleza ou da maior receptividade da obra, dentre outros fatores – pairam essas duas palavras-chave, ou seja, *fidelidade* e *traição*, conceitos há

muito tempo enfocados dentro do âmbito dos Estudos de Tradução, que, em decorrência desse debate, sempre fazem surgir outros dois conceitos também bastante discutidos: *equivalência* e *original*.

Deste modo, surgem muitas questões sobre a tradução, tais como: seria mesmo possível traduzir uma obra em sua integralidade, em nível de equivalência? Uma obra literária é eterna em sua forma e em sua linguagem?

Não se espera encontrar respostas definitivas, mas sim, por meio de alguns pontos de vista, lançar reflexões que ajudem a desmitificar antigos conceitos e preconceitos acerca do ato tradutório.

O pós-estruturalismo e a questão da fidelidade na tradução

A partir da segunda metade do século XX, principalmente, os conceitos de equivalência e fidelidade foram redefinidos, relativizados, e o leitor e a recepção ocuparam papéis importantes para o processo tradutório, graças a ideias herdadas do pós-estruturalismo – entre 1958 e 1968 – de intelectuais franceses como Jacques Derrida, Michel Foucault e Roland Barthes.

O pós-estruturalismo, sem perder vínculo com a perspectiva do estruturalismo, reelaborou esses conceitos e desenvolvimentos que lhe antecederam até chegar a outras concepções teóricas como o desconstrutivismo, o construtivismo, o relativismo e o pós-modernismo. Dentre essas novas ideias, o desconstrutivismo merece destaque por sua aplicação à análise literária e, por conseguinte, à teoria da tradução literária. Esta teoria sustenta que o texto possui uma pluralidade de sentidos, relativizando a noção de verdade e realidade, as quais são construídas subjetiva e socialmente. É o contexto histórico de cada indivíduo que determinará sua percepção sobre o mundo, onde tudo é relativo e a realidade e a verdade não são absolutas.

Arrojo (1992, p. 37-45) cita o conto *Pierre Menard, autor del Quijote*, do escritor argentino Jorge Luís Borges, em que o personagem-título sonhava realizar a tradução ideal de *D. Quixote*, do espanhol para o francês, que resultaria na reescritura dessa obra do modo exato como Miguel de Cervantes o escrevera, e assim, todo o contexto, intenções e motivações contidas nessa obra seriam perfeitamente transmigrados para a cultura francesa.

Segundo essa autora, tratava-se de um sonho impossível, pois aquele texto não poderia – e ainda não pode – ser repetido integralmente, pois seus conteúdos não são estáveis

e não podem ser mantidos sob controle, e qualquer texto, literário ou não, somente pode ser tomado por meio de uma leitura ou interpretação, conforme a individualidade de cada leitor participante. Portanto, a noção de realidade ou de verdade é subjetiva e cada leitor ou tradutor terá reflexos de si mesmo no resultado do que ele se propõe a fazer e, portanto, a história pessoal de cada um, querendo ou não, sempre vai marcar o resultado do trabalho desempenhado porque “aquilo que consideramos *verdadeiro* será irremediavelmente determinado por todos os fatores que constituem nossa *história* pessoal, social e coletiva” (ARROJO, 1992, p. 38). Consequentemente, Arrojo postula que muito embora até tenhamos a intenção de resgatar os valores e as intenções do criador do texto, o que conseguimos é tão somente a *nossa* visão desse autor e de suas intenções. Daí, se a possibilidade de uma tradução ser inteiramente fiel ao texto de partida é questionada, por isso mesmo, a possibilidade teórica de qualquer tradução e a sua avaliação tornam-se questões difíceis de resolver, pois fica patente que “fidelidade” é um conceito impreciso.

Complementando, Arrojo também faz uma exposição sobre um concurso de fantasias realizado em São Paulo, em meados da década de 1920, para eleger a melhor caracterização da rainha Cleópatra do antigo Egito, argumentando que essa representação traria consigo várias características da sua própria época – a década de vinte – em seus usos e costumes, não obstante o seu empenho em ser “fiel” à caracterização dessa personagem histórica. Nisso caberia fazer uma relação: se um determinado corpo de jurados, de uma determinada comunidade situada num tempo e espaço determinados, com suas convicções e visões de mundo particulares foi capaz de estabelecer critérios – ainda que muito pessoais – de “fidelidade”, elegendo uma Cleópatra “ideal”, por um processo semelhante, cada comunidade interpretativa poderá eleger a “melhor” tradução segundo os seus próprios critérios. A fidelidade, aqui, então, é redefinida: não se é fiel ao autor, mas sim às convicções e visões de mundo de quem lê o produto final desse trabalho:

nossa tradução de qualquer texto (...) será fiel não ao texto ‘original’, mas àquilo que consideramos *ser* o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será, como já sugerimos, sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos. (ARROJO, 1992, p. 44)

Relativizando e repensando a *equivalência*

Ao se discutir o termo “fidelidade”, pode-se facilmente associar esta palavra a conceitos como “traição” e “equivalência”. Pelo que foi exposto acima, se não se pode traduzir num vácuo temporal e cultural, como se “uma idéia formulada numa língua pode ser automaticamente transposta para outra língua como se se tratasse de uma operação matemática de equivalências entre palavras mediadas por um dicionário” (PAGANO, 2003, p. 14), chega-se ao antigo adágio italiano *traduttore, traditore* presente em todas as épocas e culturas, conferindo ao tradutor o qualificativo de traidor, conceito também criticado pelas teorias mais recentes, principalmente a partir da década de 1950.

Para Magalhães (2003, p. 87-88), o conceito de *equivalência* é alvo de controvérsia entre os pesquisadores de tradução por apresentar vários significados, por ser polissêmica: por um lado, está ligada à noção matemática, inadequada quando o assunto é a tradução.

John Catford (1980), por exemplo, com sua abordagem lingüística, apresenta uma noção de equivalência na tradução um tanto cartesiana, pois, para ele, traduzir significa realizar uma tarefa em que se substitui cada item da língua de partida pelo equivalente mais apropriado da língua de chegada, dentre outras escolhas possíveis, com potencial de equivalência. Catford trata a equivalência como um tema central, sob a perspectiva lingüística, que prescrevia regras para a tradução. Segundo Oliveira (2007, p. 98-99), era, portanto, necessário delimitar e explicar como chegar a termos equivalentes para que se pudesse estabelecer normas a serem seguidas pelos tradutores para conseguirem uma tradução adequada. Rodrigues (1999, p. 61) afirma que Catford tinha a convicção de que as línguas compartilhavam o mesmo *status* e que as questões culturais não exerciam influência nas traduções e que o tradutor não teria maior participação, excluindo as questões de espaço e tempo desse modelo prescritivo.

Também Eugene Nida (1982) trabalhava pela sistematização do conceito de equivalência, segundo a lingüística contrastiva. Nida entende a noção de equivalência sob duas subdivisões conceituais: *equivalência formal* e *equivalência dinâmica*. A equivalência formal, segundo Bassnett (2003, p. 55), “centra a sua atenção na mensagem em si, tanto na forma como no conteúdo. Neste tipo de tradução preocupamo-nos com correspondências do tipo poesia para poesia, frase para frase, conceito para conceito” e é chamada por Nida de *tradução glossária*, que tem por objetivo possibilitar que o leitor perceba o máximo possível do contexto da língua de partida. A equivalência dinâmica, por seu turno, tem por princípio o *efeito equivalente*, ou seja, “o princípio segundo o qual a relação entre o receptor e a

mensagem devia lograr ser a mesma que se estabelece entre os receptores originais e a mensagem na língua fonte [*língua de partida*]” (BASSNETT, 2003, p. 55).

Baker (1993) enxerga a questão da equivalência e a primazia dos textos de partida como parte das discussões tradicionais sobre tradução. Assim, firmava-se um paradigma em que as traduções deveriam ser tão “equivalentes” aos seus “originais” quanto possível, tanto nos aspectos semânticos como formais. A autora percebeu também que os estudos sobre tradução, segundo essas tendências, eram usados com ênfase na determinação de como uma tradução ideal deveria minimizar o quanto fosse possível a sua distorção inevitável do conteúdo do texto de partida, em seu espírito e em sua elegância (BAKER, 1993). Baker (1992, p. 5-6), portanto, quando utiliza o termo *equivalência*, o faz por mera comodidade ou conveniência, já que a maioria dos tradutores está acostumada a utilizar tal palavra genericamente, sem preocupações de fundo teórico.

Em relação à “equivalência”, portanto, ao se falar em tradução, é muito mais seguro utilizar outro termo, reportando a semelhança, similaridade, adequação do texto de chegada em relação ao texto de partida. Assim evita-se principalmente o conceito matemático daquela expressão, a qual deixa implícita a ideia de tradução como algo que é preciso, exato, simétrico e, portanto, passível de um juízo de valor pretensioso e prescritivo, sem levar em conta as inúmeras variáveis e a complexidade que compõem o processo tradutório.

A questão do texto *original*

É interessante discutir a questão do texto original no que hipoteticamente constituiria a sua “originalidade”. Se alguém pensa em algo e, de alguma forma, deseja externar isso, até que ponto essa pessoa será capaz de expressar com exatidão aquilo que pensou? A linguagem verbal pode expressar um pensamento em toda a sua integridade, todas as vezes, sem lapsos ou falhas? Muitas vezes percebe-se que isso não é possível, principalmente quando há conceitos abstratos envolvidos.

Rodrigues, com base em Derrida, discute a idéia de *texto original* como sinônimo de *texto-fonte*²:

No entanto, se analisarmos a ligação entre os termos, como o faz Derrida (1972/1991c), concluiremos que nossa relação com os textos não pode ser de

² *Texto-fonte*, aqui, equipara-se ao conceito de *texto de partida*, conforme terminologia adotada nesta dissertação.

regresso à fonte, ou à origem, pois a fonte, “na pureza de sua água, está sempre disseminada longe de si própria e não tem relação consigo enquanto fonte” (p. 234). A fonte é “apenas um efeito produzido pela estrutura de um movimento... não é, portanto, a origem nem à partida nem à chegada” (p. 328). A fonte é heterogênea e não tem “sentido próprio que lhe permita regressar e igualar-se a si mesma” (p. 325). (RODRIGUES, 2000, p. 202-203)

Daí conclui-se que nada pode ser *original*, uma vez que a língua não é um veículo perfeito, que externa os pensamentos com precisão, porque muitas vezes traímos a nós mesmos quando tentamos, por meio dela, manifestar o que se passa em nossa mente. Para essa autora, “o tradutor não lida com uma ‘fonte’, nem com uma origem ‘fixa’, mas constrói uma interpretação que, por sua vez, também vai ser movimento e desdobrar-se em outras interpretações” (RODRIGUES, 2000, p. 203).

Observa-se, portanto, que o próprio autor de um texto “trai” a si mesmo, e o que se chama de “original” está irremediavelmente preso no âmbito das ideias formuladas ainda em pensamento. As pessoas nem sempre conseguem exteriorizar seus pensamentos com palavras precisas – falar ou escrever já é traduzir.

Mesmo assim, tem-se ao nosso alcance um número incontável de textos escritos, que são tratados, comumente, como “originais” e se destinam, em primeiro lugar, aos leitores que dominam a língua em que foram criados. Conforme o que já foi disposto anteriormente, a interpretação desses textos depende do universo pessoal de cada leitor e essas leituras serão – até certo ponto e dependendo da complexidade dos textos – diferentes entre si. Quando um texto é traduzido para outra língua, porém, outras variáveis entram em ação: as diferenças culturais, o nível de domínio da língua de partida por parte de quem traduz, a constante evolução das línguas, além das particularidades e características de cada uma das línguas em questão etc.

O texto escrito: uma impressão digital

Paz (1971, p. 9) reflete sobre o caráter individual, único, do texto escrito. Para ele, cada texto possui sua própria individualidade, é único, mas, ao mesmo tempo é o subproduto, ou seja, a tradução de outro texto. Isso porque esse crítico considera que nenhum texto é original:

cada texto é único e é, ao mesmo tempo, a tradução de outro texto. Nenhum texto é inteiramente original, porque a própria língua, na sua essência, já é

uma tradução: primeiramente, do mundo não-verbal e, em segundo lugar, porque cada signo e cada frase é a tradução de outro signo e de outra frase.³

Desse modo, Paz considera que todos os textos são originais e todas as traduções são diferentes, ainda que se refiram à mesma obra. Esta característica própria de cada escrita está vinculada à época em que ele foi produzido, submetendo-se àquela realidade social e cultural. Entretanto, esse caráter único do que é escrito está sujeito ao tempo e aos costumes sociais, sempre mutantes, conforme assinala Corti, (1978, p. 145), ao afirmar que cada época produz seus próprios signos, produzindo modelos sociais e literários, os quais, com o passar do tempo, podem ficar obsoletos, tornando necessário o surgimento de novos signos que sejam reflexo de novas realidades.

A partir disso, pode-se concluir que o ser humano e suas realizações, constituídos numa dada época histórica, estão sempre à mercê do tempo, fluindo constante e incessantemente, mudando e transformando tudo, e à medida que essa distância cronológica aumenta, os significados ganham nova roupagem. A língua, por exemplo, está sempre se renovando e, por isso, também, tudo o que lhe diz respeito, inclusive a literatura, é percebido diferentemente ao olhar do ser humano.

Consequentemente, quando a tradução se coloca entre duas culturas postas frente a frente, revelam-se estranhezas entre essas duas partes em intercâmbio, e ainda se soma a isso o fator *chronos*, complicando ainda mais essa relação. Portanto, tais diferenças, ao serem mediadas pela tradução, exigem não só um ótimo conhecimento da língua e da cultura de partida, mas também, estratégias de tradução muito bem pensadas, fazendo-nos refletir também sobre a necessidade constante de renovar as traduções de tempos em tempos.

A necessidade de novas traduções

Ao olhar comum, parece, às vezes, haver um entendimento de que, ao se deparar com uma obra traduzida e publicada, ela é, para todos os efeitos, “a tradução”, ou seja, a palavra final, algo incontestável, como se as línguas tivessem um caráter estático. Um exame mais atento, entretanto, confirma a existência de várias traduções de uma mesma obra para uma mesma língua, a exemplo de autores consagrados como Shakespeare, Homero, Cervantes

³ “Cada texto es único y, simultáneamente es la traducción de otro. Ningún texto es enteramente original porque el lenguaje mismo, en su esencia, es ya una traducción: primero del mundo no-verbal y, después, porque cada signo y cada frase es la traducción de otro signo y de otra frase.”

e tantos outros, cujos trabalhos já foram e ainda são traduzidos repetidamente em diversas línguas.

Landers, (2001, p. 10-11) a esse respeito, afirma que uma tradução possui uma “meia-vida” de cerca de trinta ou quarenta anos, pois, decorrido esse período, ela perde sua vitalidade e seu frescor, e sua voz distancia-se, não é mais contemporânea ao leitor, e portanto, esse crítico expõe a necessidade retraduzir as obras literárias periodicamente⁴. Ele cita, por exemplo, Tucídides traduzido para o inglês em pelo menos três momentos históricos distintos:

a tradução de 1629 que Thomas Hobbes fez de Tucídides é praticamente impossível de ser lida pelo falante moderno de inglês, pois está repleta dos pronomes *thee* e *thou* e de sentenças complexas e barrocas. A tradução de R. Crawley, de 1874, é muito mais fácil de compreender, todavia, seu vocabulário um pouco ultrapassado deixa no ar um cheiro leve de naftalina. Somente a tradução de 1952 de Rex Warner transmite fluência, precisão e modernidade, falando a língua contemporânea do leitor de maneira direta e eficaz. (LANDERS, 2001, p.11)⁵

Apesar dessas diferenças, Landers considera que não há, na verdade, como estabelecer que a tradução de Rex Warner seja melhor do que as suas antecessoras e, a impressão de que ela é melhor somente se aplica no que diz respeito à familiaridade que o leitor dos dias de hoje tem com a língua utilizada: um inglês com *upgrade*. Cada tradução cumpre o seu papel em seu devido tempo. Nada poderá impedir que a tradução de Warner também fique ultrapassada/datada.

Milton (1998, p. 40), afirma que “todas as traduções ficam ultrapassadas e têm de ser refeitas pelas novas gerações”. Tal declaração, justificada pela questão do caráter evolutivo das línguas, também encontra suporte em Walter Benjamin (2001, p. 197):

elementos que à época do autor podem ter obedecido a uma tendência de sua linguagem poética, poderão mais tarde ter-se esgotado; tendências implícitas podem destacar-se *ex-novo* daquilo que já possui forma. Aquilo que antes

⁴ “The half-life of a translation, it has been said, is from 30 to 40 years; every 30 years (or 40 or 50 – take your pick) the translation loses half its vitality, its freshness, its ability to communicate to the reader in a contemporary voice. If this is true, it follows that major works of literature must be retranslated periodically if they are to retain their function as a bridge between cultures and eras.”

⁵ “Thomas Hobbes 1629 rendering of Thucydides is virtually unreadable to the modern speaker of English, cluttered with *thee* and *thou* and complex, baroque sentences. The R. Crawley 1874 version is much easier to absorb but its slightly obsolescent vocabulary nonetheless gives off the faint scent of mothballs. Only Rex Warner’s lively 1952 translation communicates with fluency, precision, and modernity, speaking the contemporary reader’s language directly and forcefully.”

era novidade, mais tarde poderá soar gasto; o que antes era de uso corrente pode vir a soar arcaico.

Benjamin (2001, p. 197) prossegue em seu argumento com referência às mudanças que a passagem dos séculos exerce sobre as criações literárias, considerando que toda tradução possui um *status* provisório em relação à atualidade de seus efeitos que intermedeiam a estranheza das línguas: “Da mesma forma com que tom e significado das grandes obras poéticas se transformam completamente ao longo dos séculos, também a língua materna do tradutor se transforma”. Ele considera que a língua do escritor impõe uma percepção mais duradoura do que a língua do tradutor: “Enquanto a palavra do poeta perdura em sua língua materna, mesmo a melhor tradução está fadada a desaparecer dentro da evolução de sua língua e soçobrar em sua renovação” (BENJAMIN, 2001, p. 197).

Todavia, quanto a esta última afirmação, paira uma dúvida sobre a maior durabilidade das palavras do texto de partida em relação às suas traduções, pois Benjamin não oferece nenhum exemplo. O fato é que se pode facilmente constatar que uma obra literária, depois de certo espaço de tempo, também precisa ser atualizada cultural e linguisticamente. Isso fica muito claro quando se manuseia um livro antigo, numa edição de cinquenta, cem anos ou mais. No caso específico do Brasil, além do curso natural de transformação da língua portuguesa e dos costumes, houve mudanças na ortografia oficial. Estas transformações são evidenciadas no texto *Antigamente*, de Carlos Drummond de Andrade:

ANTIGAMENTE, as moças chamavam-se *mademoiselles* e eram todas mimosas e muito prendadas. Não faziam anos: completavam primaveras, em geral dezoito. Os janotas, mesmo não sendo rapagões, faziam-lhes pé-de-alferes, arrastando a asa, mas ficavam longos meses debaixo do balaio. E se levavam tábua, o remédio era tirar o cavalo da chuva e ir pregar em outra freguesia. As pessoas, quando corriam, antigamente, era para tirar o pai da forca e não caíam de cavalo magro. Algumas jogavam verde para colher maduro, e sabiam com quantos paus se faz uma canoa. O que não impedia que, nesse entrementes, esse ou aquele embarcasse em canoa furada. Encontravam alguém que lhes passasse a manta e azulava, dando às de viladiogo. Os mais idosos, depois da janta, faziam o quilo, saindo para tomar fresca; e também tomavam cautela de não apanhar sereno. Os mais jovens, esses iam ao animatógrafo, e mais tarde ao cinematógrafo, chupando balas de altéia. Ou sonhavam em andar de aeroplano; os quais, de pouco siso, se metiam em camisa de onze varas, e até em calças pardas; não admira que dessem com os burros n'água. (ANDRADE, 1970)

Para quem é brasileiro, ou possui uma grande vivência em relação à cultura brasileira, ficam nítidas as diferenças marcantes entre os costumes do início do século XX até

a época em que o texto de Drummond foi publicado: 1962, republicado em 1970. Hoje, e com o fluxo incessante do tempo, as diferenças se acentuam ainda mais, principalmente quando se vê neste mesmo texto a grafia de algumas palavras (aqui, em itálico): “Doença nefasta era a *phtysica*, feia era o gálico. Antigamente, os sobrados tinham assombrações, os meninos lombrigas, *asthma* os gatos.” (ANDRADE, 1970).

Diante do exposto, poderia-se perguntar: como seria ler, por exemplo, Machado de Assis num português do século XIX? Percebe-se que as edições mais atuais das obras dele passaram por uma atualização necessária. Do contrário, ainda se leriam os textos machadianos nos moldes de uma cultura brasileira antiga e de um tempo remoto, visualizados nos *PH*'s, nas *casas de pasto* e em outros elementos daquela época.

Rainer Schulte, apud Hatje-Faggion (2001, p. 13), por sua vez, assevera que:

o estudo das diferenças que se tornam visíveis de uma tradução anterior para a outra deixa patente a necessidade de novas traduções como um esforço contínuo para expandir e aprofundar o ato de ler e interpretar e para lançar uma luz sobre como as culturas interpretam o seu mundo em momentos particulares da história.⁶

O argumento fundado nas diferenças entre duas culturas e nas mudanças que as línguas sofrem em virtude da passagem do tempo encontra bom exemplo outra vez no conto *Pierre Menard, autor del Quijote*, de Borges, também citado por Milton (1998, p. 155), o qual considera que a tradução realizada pelo fictício Menard, por causa dessa pretensa fidelidade, teria resultado arcaica e afetada tanto no seu estilo como no seu conteúdo, pois, a despeito de ter sido feita por um indivíduo do século XX, não refletiria, por seu exagerado capricho, a percepção lingüística da língua francesa do século XX, mas do século XVII, pois o texto de partida data do ano de 1605.

Considerações finais

Se o próprio processo do trabalho de tradução está sempre relacionado com a subjetividade e às concepções de mundo e idiosincrasias de quem traduz e sua concepção individual e única do processo tradutório, pode-se considerar também que cada tradutor é fiel às suas próprias concepções individuais de tradução. A questão da “fidelidade” na tradução,

⁶ “the study of the differences that become visible from one translation to the next affirms the necessity for new translations as a continuous effort to expand and deepen the act of reading and interpretation and to shed light on how cultures interpret their world at particular moments of history.”

portanto, é relativa e, na linha de pensamento de Arrojo (1992), em oposição a Catford e Nida, não é possível reconstituir as intenções do autor de um texto a ser traduzido.

Conforme o que foi exposto, ao se afirmar que o conceito de “original” é duvidoso, como se pode falar em fidelidade? É nesse ponto que o tradutor, ao assumir o seu papel, deve traçar seus objetivos, seus propósitos e reavaliar o que entende por “fidelidade”. Perguntas como “o que estou traduzindo? Para quê? Para quem?” são importantes para que se estabeleça um norte, e a tão discutida fidelidade será então redefinida: o tradutor será fiel a si mesmo e às suas próprias concepções, juízos e crenças.

Levando-se em conta que o texto de partida (a fonte, o original) é objeto das diferentes interpretações, visões de mundo particulares de cada leitor, além de ser ele próprio “infidel” ao seu próprio criador, o que se pode dizer das traduções? É verdade que elas existem e são muito necessárias, mas não se pode falar, categoricamente, em textos originais ou fiéis. Assim, existem reedições de obras “originais”, não raro revistas e de algum modo modificadas e também traduções de uma mesma obra realizadas por diferentes tradutores, em épocas diferentes.

Em relação a esse assunto, pode-se fazer a seguinte analogia: traduções são como receitas de cozinha, mas que, na mão de cada cozinheiro, resultam diferentes. Do mesmo modo que ninguém segue uma mesma receita em todos os seus detalhes, diferentes tradutores produzem diferentes traduções de uma mesma obra, pois cada tradutor representa um universo sem igual, idiossincrático e sua subjetividade e personalidade se refletem no seu produto, voluntária ou involuntariamente – isso, é claro – desconsiderando outras implicações de cunho ideológico presentes na tradução de uma obra literária, quando outros agentes manipuladores entram em cena.

Levando-se em conta o que foi exposto até aqui, chega o momento de pesar esses argumentos em torno de fidelidade, equivalência e original na tradução. Como, pois, se tais conceitos são tão relativos, não se pode falar em traição?

Trata-se de um adjetivo forte, pejorativo: *traição*. O que conta, no ato de traduzir, é, segundo o romano Cícero (século I a.C.), é tentar ser fiel tanto quanto possível, não reproduzindo palavra por palavra aquilo que não pode ser transposto para a língua de chegada:

Não traduzi como intérprete, mas como orador, com os mesmos pensamentos e suas formas bem como com suas figuras, com palavras adequadas ao nosso costume. Para tanto, não tive necessidade de traduzir palavra por palavra, mas mantive o gênero das palavras e sua força. Não considerei, pois, ser mister enumerá-las ao leitor, mas como que pesá-las.

[...] Se, como espero, eu tiver assim reproduzido os discursos dos dois servindo-me de todos os seus valores, isto é, com os pensamentos e suas figuras e na ordem das coisas, buscando as palavras até o ponto em que elas não se distanciem de nosso uso... (CÍCERO, 1996, p. 38; 40; V, 14; VII, 23)⁷

Advoga-se, portanto, não a traição, mas uma maior liberdade que, paradoxalmente, pode levar à uma maior fidedignidade ao texto traduzido, capturando a sua essência, *mutatis mutandis*. É uma ideia compartilhada por Millôr Fernandes (2007, p. 6): “Não se pode traduzir sem ter o mais absoluto respeito pelo original e, paradoxalmente, sem o atrevimento ocasional de desrespeitar a letra do original exatamente para lhe captar melhor o espírito”.

Portanto, a questão complexa do traduzir envolve, antes de tudo, o bom-senso e a capacitação dos seus executantes, de modo a conferir ao resultado, não a tradução ideal, mas, tão somente, *uma* tradução possível, não obstante, por vezes, a necessidade premente de lançar mão de acréscimos, omissões e outros recursos, a fim de se conseguir um texto final o mais adequado possível. No entanto, há de se perceber que essa reescritura sempre será concebida segundo diversas concepções de mundo refletidas tanto pelo tradutor como seus agentes (as editoras, os revisores, ou quem remunera o tradutor), como também a censura, a ideologia e o poder em suas variadas formas, além da recepção final, o público leitor.

Referências

- ALVES, F., MAGALHÃES, C. e PAGANO, A. **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2003.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Antigamente. In: **Quadrante** (1962), obra coletiva reproduzida em *Caminhos de João Brandão*, José Olympio, 1970. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond07.htm>> Acesso em 2 de janeiro de 2008.
- ARROJO, Rosemary. A questão da fidelidade. In: _____. **Oficina de tradução**. São Paulo: Ática, 1992, p. 37-45.
- BENJAMIN, Walter. A Tarefa – Renúncia do Tradutor. In: HEIDERMAN, Werner (org.). **Clássicos da Teoria da Tradução**. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 189-215.
- BASSNETT, Susan. **Estudos de tradução**: fundamentos de uma disciplina. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁷ “nec conuerti ut interpres, sed ut orator, sententiis isdem et earum formis tamquam figuris, uerbis ad nostram consuetudinem aptis. In quibus non uerbum pro uerbo necesse habui reddere, sed genus omne uerborum uimque seruauit. [...] Quorum ego orationes, ut spero, ita expressero uirtutibus utens illorum omnibus, id est sententiis ET earum figuris et rerum ordine, uerba persequens eatenus, ut ea non abhorreant a more nostro...”

BAKER, Mona. **In other words**: A coursebook on translation. Londres e Nova York: Routledge, 1992.

_____. Corpus linguistics and translation studies: implications and applications. In: BAKER, Mona, FRANCIS, Gill e TOGNINI-BONELLI, Elena. **Text and technology**: in honour of John Sinclair. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993, p. 233-250.

BENJAMIN, Walter. A tarefa – renúncia do tradutor. In: HEIDERMAN, Werner (org.). **Clássicos da teoria da tradução**. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 189-215.

CATFORD, J. C. **Uma teoria lingüística da tradução**: um ensaio em lingüística aplicada. Tradução do Centro de Especialização de Tradutores de inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas São Paulo: Cultrix; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1980.

CÍCERO, Marco Túlio. “De optimo genere oratorum/Sobre el mejor género de oradores”. In: LAFARGA, F. (org.). **El discurso sobre la traducción en la historia**. Antología bilingüe. Trad. de José Ignacio García Armendáriz. Barcelona: EUB, 1996, p. 32-44.

CORTI, Maria. **An introduction to literary semiotics**. Bloomington; London: Indiana University Press, 1978, p. 145.

HATJE-FAGGION, Válmí. **The translator’s discursive presence in translated discourse**: Machado de Assis’ five novels in English multiple translations. 2001, 303 f. Tese (Doutorado). Coventry, UK: University of Warwick, 2001.

LANDERS, Clifford E. **Literary translation**: a practical guide. Clevedon, Buffalo, Toronto, Sydney: Multilingual Matters LTD, 2001.

MILTON, John. **Tradução**: teoria e prática. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIDA, E., TABER, C. R. **The theory and practice of translation**. Leiden: E. J. Brill, 1982.
OLIVEIRA, Alessandra Ramos de. Equivalência: sinônimo de divergência. *Cadernos de tradução*, v. 1, nº 19, 2007. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6994>. Acesso em 18.02.2010.

PAES, José Paulo. Sob o signo de Judas. In: **Tradução**: a ponte necessária. São Paulo: Ática, 1990, p. 91-103.

PAZ, Octavio. **Traducción**: literatura y literalidad. Barcelona: Tusquets Editor, 1971.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. **Tradução e diferença**. São Paulo: Unesp, 2000.

Texto recebido em 22/01/10

Aprovado em 01/03/10